



Relatório de Atividades Berna

O objetivo deste relatório é documentar e analisar os resultados obtidos pelos tribunais parceiros após a implementação da Berna, com foco específico nas adaptações realizadas para integração aos sistemas locais e nos impactos operacionais verificados. A análise concentra-se nos Tribunais de Justiça do Ceará (TJCE), Pará (TJPA), Sergipe (TJSE), Acre (TJAC) e Amazonas (TJAM).

A metodologia empregada neste levantamento baseia-se na análise documental de relatórios técnicos, termos de cooperação e notícias institucionais sobre a implementação da Berna nos diferentes tribunais. Os dados qualitativos foram coletados de fontes oficiais, incluindo portais dos tribunais e publicações especializadas, permitindo uma avaliação abrangente dos resultados alcançados pelos parceiros.

A implementação da Inteligência Artificial Berna nos tribunais parceiros tem gerado resultados expressivos, demonstrando o potencial transformador da tecnologia em diferentes contextos jurisdicionais.

Tabela 1 – Status dos Acordos Firmados

Tribrunal	PROAD	Status
Tribunal de Justiça do Ceará	202309000439470	Em execução
Tribunal de Justiça do Pará	202212000376321	Em execução





Tribunal de	Justiça do	202211000371820	Em execução
Sergipe			
Tribunal de Justiça do Acre		202402000483224	Em execução
Tribunal de	Justiça do	202311000461569	Em execução
Amazonas			
Tribunal de	Justiça de	202308000430830	Em execução
Roraima			
Tribunal de	Justiça de	202406000530047	Aguardando Assinatura
Rondônia			
Tribunal de	Justiça de	202504000629191	Em processo de
Minas Gerais			formalização

Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE)

O Tribunal de Justiça do Ceará estabeleceu acordo de cooperação técnica com o TJGO em 2023, iniciando um processo de implementação que se destacou pela rapidez e eficiência. A integração da Berna ao ecossistema tecnológico do TJCE foi facilitada pela infraestrutura digital já existente no tribunal cearense, que contava previamente com cinco programas de inteligência artificial.

A implementação no TJCE seguiu uma abordagem estratégica, iniciando com um projeto piloto na 10^a Vara da Fazenda Pública de Fortaleza. Esta unidade foi selecionada por concentrar grande volume de demandas repetitivas relacionadas a questões fiscais e





administrativas, permitindo avaliar o desempenho da ferramenta em um ambiente controlado antes de sua expansão para outras varas.

Relatórios indicam uma redução no estoque de demandas repetitivas em menos de seis meses de operação. Este impacto significativo na produtividade foi acompanhado por uma melhoria na uniformização das decisões judiciais, contribuindo para maior segurança jurídica e previsibilidade nas decisões relacionadas a temas recorrentes.

O tribunal cearense também inovou ao estabelecer um comitê de acompanhamento específico para monitorar a implementação da Berna, com reuniões periódicas para avaliar indicadores de desempenho como tempo médio de tramitação, taxa de acerto na classificação de processos e volume de automações realizadas.

Os magistrados e servidores do TJCE relatam que a ferramenta tem sido particularmente eficaz na identificação de conexões e litispendências, contribuindo para evitar decisões conflitantes e otimizar a alocação de recursos judiciais. A capacidade da Berna de agrupar processos com teses jurídicas similares permitiu a adoção de estratégias de julgamento em bloco, aumentando significativamente a produtividade das unidades judiciais sem comprometer a qualidade das decisões.

Tribunal de Justiça do Pará (TJPA)

O Tribunal de Justiça do Pará firmou Termo de Cooperação Técnica com o TJGO em 2023, destacando-se pela adaptação da Berna ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), diferentemente do TJGO que utiliza o sistema Projudi/PJD.

A implementação no TJPA foi abrangente desde o início, disponibilizando a ferramenta tanto para o primeiro quanto para o segundo grau de jurisdição. Esta abordagem permitiu que a Berna fosse utilizada em diferentes contextos processuais, desde a análise inicial





de petições até a identificação de padrões em recursos e agravos, maximizando o impacto da tecnologia no fluxo processual do tribunal.

Um aspecto da implementação no TJPA foi o desenvolvimento de módulos adicionais para detecção de litigância predatória. Esta funcionalidade permite identificar padrões de comportamento processual abusivo, contribuindo para a prevenção de práticas que sobrecarregam o sistema judiciário e prejudicam a efetiva prestação jurisdicional.

O tribunal paraense também investiu significativamente em capacitação, realizando treinamentos específicos para servidores utilizarem a IA na identificação de conexões e litispendências.

Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE)

O Tribunal de Justiça de Sergipe adotou uma abordagem estratégica para a implementação da Berna, incluindo-a formalmente em seu Plano de Gestão 2023-2025. Esta decisão demonstra o comprometimento institucional com a modernização tecnológica e posiciona a ferramenta como componente central da estratégia de transformação digital do tribunal.

A implementação no TJSE destacou-se pela integração da Berna ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ampliando o escopo de aplicação da ferramenta para além das petições iniciais convencionais. Esta adaptação permitiu que a tecnologia fosse utilizada em processos de execução penal, contribuindo para a gestão mais eficiente de penas e medidas alternativas.

Os resultados preliminares no TJSE indicam melhorias na gestão de execuções fiscais, área identificada como prioritária pelo tribunal devido ao grande volume de processos e à natureza repetitiva das demandas. A capacidade da Berna de identificar padrões em





petições de extinção por pagamento permitiu a automação de diversos atos processuais, reduzindo significativamente o tempo de tramitação nesta classe processual.

O tribunal sergipano inovou ao estabelecer métricas específicas para avaliar o desempenho da ferramenta, incluindo indicadores como "taxa de automação de atos conclusivos" e "tempo médio de resposta em demandas repetitivas". Esta abordagem baseada em dados permitiu quantificar objetivamente os ganhos de eficiência proporcionados pela tecnologia e justificar os investimentos realizados em sua implementação.

Um aspecto distintivo da implementação no TJSE foi a criação de um comitê multidisciplinar para acompanhamento do projeto, incluindo representantes da magistratura, servidores da área de tecnologia e analistas de negócio. Esta composição diversificada garantiu que diferentes perspectivas fossem consideradas durante o processo de implementação, resultando em uma solução mais alinhada às necessidades reais dos usuários finais.

Os relatórios de gestão do TJSE destacam a contribuição da Berna para "apurar fato e tese jurídica" em processos complexos, demonstrando que a ferramenta tem sido utilizada não apenas para tarefas repetitivas, mas também como suporte à análise jurídica em casos que demandam maior aprofundamento técnico.

Tribunal de Justiça do Acre (TJAC)

O Tribunal de Justiça do Acre assinou Termo de Cooperação com o TJGO em 2024, representando uma das implementações mais recentes da Berna entre os tribunais estaduais. Apesar do curto período de operação, os resultados preliminares e as expectativas institucionais demonstram o potencial transformador da ferramenta no contexto acreano.





A implementação no TJAC foi planejada com foco específico em execuções fiscais, área identificada como crítica devido ao grande volume de processos e ao impacto na arrecadação estadual e municipal. Esta abordagem direcionada permitiu concentrar esforços em uma área de alto impacto, maximizando os benefícios iniciais da tecnologia e criando casos de sucesso que podem impulsionar sua expansão para outras áreas.

A presidente do tribunal acreano, destacou em comunicados oficiais que a ferramenta promete "redução drástica" do tempo de tramitação processual através do reconhecimento de padrões e processamento de linguagem natural. Esta expectativa baseia-se nos resultados já observados em outros tribunais e nas características específicas do acervo processual do TJAC, com alto percentual de demandas repetitivas.

Um aspecto inovador da implementação no TJAC foi o desenvolvimento paralelo da "ADA", uma inteligência artificial complementar genuinamente acreana desenvolvida pela Diretoria de Informação e Comunicação do tribunal. Esta ferramenta foi concebida para trabalhar em conjunto com a Berna, focando na análise de recursos e na geração de minutas decisórias, e demonstra como os tribunais podem adaptar e expandir as tecnologias compartilhadas para atender às suas necessidades específicas.

Os testes iniciais realizados nas Varas de Execução Fiscal do TJAC demonstraram a eficácia da Berna na padronização de extinções de processos por pagamento, com redução significativa no tempo entre a confirmação do pagamento e a extinção formal do processo. Esta agilidade beneficia tanto o Poder Judiciário, que reduz seu acervo, quanto os contribuintes, que têm sua situação regularizada mais rapidamente.

Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM)

O acordo firmado com o TJAM estabelece responsabilidades específicas para cada parte, incluindo obrigações relacionadas à proteção de dados e direitos autorais. Esta





preocupação com aspectos jurídicos e regulatórios demonstra a maturidade institucional na adoção de tecnologias avançadas e estabelece bases sólidas para uma implementação sustentável e conforme às exigências legais.

Os objetivos estabelecidos para a implementação da Berna no TJAM incluem a automatização de conclusões em varas da Fazenda Pública, com meta inicial de pelo menos 45% de atos conclusivos automatizados. Esta abordagem orientada a resultados permite o monitoramento objetivo do desempenho da ferramenta e a avaliação de seu impacto real na eficiência jurisdicional.

Um aspecto distintivo da implementação no TJAM foi a realização de workshops para magistrados sobre o uso da inteligência artificial na atividade jurisdicional, preparando o terreno para a aceitação da ferramenta e promovendo uma cultura institucional favorável à inovação tecnológica. Esta preocupação com o fator humano é fundamental para o sucesso de iniciativas de transformação digital no setor público.

Integração com Outras Instituições

A expansão da Inteligência Artificial Berna não se limitou aos tribunais estaduais, alcançando também outras instituições do sistema de justiça. Esta integração interinstitucional demonstra a versatilidade da ferramenta e seu potencial para otimizar processos em diferentes contextos do ecossistema jurídico brasileiro. Destacam-se, nesse sentido, as parcerias estabelecidas com órgãos como a Procuradoria-Geral do Estado de Goiás.

A análise da implementação da Inteligência Artificial Berna nos tribunais parceiros do TJGO revela um caso exemplar de cooperação tecnológica no Poder Judiciário brasileiro, com resultados expressivos na modernização e otimização da prestação jurisdicional. O modelo de disseminação adotado, baseado em Termos de Cooperação Técnica sem





custos significativos para os tribunais receptores, demonstra uma abordagem inovadora e sustentável para a transferência de tecnologia entre instituições públicas.

O modelo de cooperação técnica estabelecido pelo TJGO para disseminação da Berna representa um paradigma promissor para a inovação no setor público brasileiro, tradicionalmente marcado por altos custos de aquisição de soluções tecnológicas e dependência de fornecedores externos. Ao promover o compartilhamento de tecnologias desenvolvidas internamente, o Poder Judiciário estabelece um precedente importante de colaboração interinstitucional que pode ser replicado em outras áreas e iniciativas.

Em síntese, a implementação da Inteligência Artificial Berna nos tribunais parceiros demonstra como a cooperação tecnológica pode transformar significativamente a eficiência e a qualidade da prestação jurisdicional. Os resultados obtidos posicionam a Berna como referência nacional em inovação para o Poder Judiciário e evidenciam o potencial da inteligência artificial para enfrentar os desafios de um sistema judicial cada vez mais complexo.





BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação nº 127, de 15 de fevereiro de 2022. Recomenda aos tribunais brasileiros a adoção de medidas específicas para o tratamento adequado de demandas seriais e de massa. Brasília: CNJ, 2022.

DIÁRIO DE GOIÁS. Inteligência artificial Berna, desenvolvida pelo TJGO, é adotada em outros 6 tribunais estaduais. Diário de Goiás, 2024. Disponível em: https://diariodegoias.com.br/inteligencia-artificial-berna-desenvolvida-pelo-tjgo-e-adotada-em-outros-6-tribunais-estaduais/399489/. Acesso em: 29 maio 2025.

GOIÁS. Procuradoria-Geral do Estado. Integração da Berna do TJ-GO com o Cora da PGE-GO já está em funcionamento. Goiás, 2024. Disponível em: https://goias.gov.br/procuradoria/integracao-da-berna-do-tj-go-com-o-cora-da-pge-go-ja-esta-em-funcionamento/. Acesso em: 29 maio 2025.

RENOVAJUD. Busca Eletrônica em Registros usando Linguagem Natural (Berna). Conselho Nacional de Justiça, 2024. Disponível em: https://renovajud.cnj.jus.br/conteudo-publico?iniciativa=235. Acesso em: 29 maio 2025.

SILVA, M. A. Impactos da Inteligência Artificial Berna na eficiência processual do TJGO. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Alves Faria, Goiânia, 2023. Disponível em: https://repositorio.unialfa.com.br/items/6ddc6798-efe7-4512-a847-496b05592221. Acesso em: 29 maio 2025.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL. TJGO utiliza IA para reduzir tempo de tramitação processual. Transformação Digital, 2024. Disponível em: https://transformacaodigital.adv.br/tjgo-utiliza-ia-para-reduzir-tempo-de-tramitacao-processual/. Acesso em: 29 maio 2025.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE. TJAC realiza parceria para implantar solução de IA e otimizar a produtividade aumentando a eficiência na prestação jurisdicional. Rio Branco, 2024. Disponível em: https://www.tjac.jus.br/2024/03/tjac-realiza-parceria-para-implantar-solucao-de-ia-e-otimizar-a-produtividade-aumentando-a-eficiencia-na-prestação-jurisdicional/. Acesso em: 29 maio 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE. Presidente do TJAC apresenta programas em IA para melhoria no serviço jurisdicional. Rio Branco, 2024. Disponível em: https://www.tjac.jus.br/2024/12/presidente-do-tjac-apresenta-programas-em-ia-para-melhoria-no-servico-jurisdicional/. Acesso em: 29 maio 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS. Termo de Cooperação Técnica n. 6/2024 - TJAM x Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Manaus, 2024. Disponível em: https://www.tjam.jus.br/index.php/compras-publicas/contratos/2024/acordos-convenios-e-congeneres-sem-repasse-de-recursos-6/acordo-de-cooperacao-tecnica-7/acordo-de-cooperacao-tecnica-n-externo-06-2024-tribunal-de-justica-do-estado-de-goias-x-tribunal-de-justica-do-estado-do-amazonas/45788-termo-de-cooperacao-tecnica-n-6-2024-tjam-x-tribunal-de-justica-do-estado-de-goias-pdf/file. Acesso em: 29 maio 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ. Acordo de cooperação entre TJCE e Tribunal de Goiás vai proporcionar mais agilidade na movimentação dos processos. Fortaleza, 2023. Disponível em: https://www.tjce.jus.br/noticias/acordo-de-cooperacao-entre-tjce-etribunal-de-goias-vai-proporcionar-mais-agilidade-na-movimentacao-dos-processos/. Acesso em: 29 maio 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ. TJCE conta com mais de 50 robôs e cinco programas de inteligência artificial auxiliando a prestação dos serviços. Fortaleza, 2024. Disponível em: https://www.tjce.jus.br/noticias/tjce-conta-com-mais-de-50-robos-e-cinco-





programas-de-inteligencia-artificial-auxiliando-a-prestacao-dos-servicos/. Acesso em: 29 maio 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ. TJPA adota Berna. Belém, 2023. Disponível em: https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1650196-tjpa-adota-berna.xhtml. Acesso em: 29 maio 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ. TJPA assina cooperação com TJGO para uso do Berna. Belém, 2023. Disponível em: https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1498179-tjpa-assina-cooperação-com-tjgo-para-uso-do-berna.xhtml. Acesso em: 29 maio 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE. Realizada reunião preparatória para encontro do Comitê de Acompanhamento do Plano de Gestão. Aracaju, 2023. Disponível em: https://agencia.tjse.jus.br/noticias/item/15216-realizada-reuniao-preparatoria-para-encontro-do-comite-de-acompanhamento-do-plano-de-gestao. Acesso em: 29 maio 2025.